



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 00.781/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais do Poder Executivo e Legislativo de Água Branca, Sra. Thayza Kelly Medeiros Firmino Almeida**, concedendo aposentadoria por Invalidez com proventos integrais, a **Sra. Alba Veras de Araújo** matrícula, la nº 492.02/06, Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, que contava, à época, com 11 anos, 02 meses e 13 dias de tempo de contribuição e idade de 34 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 047/2016] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 00.781/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Alba Veras de Araújo*

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais do Poder Executivo e Legislativo de Água Branca**

Gestor Responsável: *Thayza Kelly Medeiros Firmino Almeida*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0547/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 0.0781/17**, referente aposentadoria por invalidez com proventos integrais da *Sra. Alba Veras de Araújo*, matrícula nº 492.02/06, Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 047/2016], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 14 de maio de 2020.

Assinado 14 de Maio de 2020 às 11:16



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 15 de Maio de 2020 às 11:34



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO